

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.613.753 - GO (2013/0013561-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : UMBERTO PIASSA  
**ADVOGADO** : ALESSANDRA REIS - GO012516  
**ADVOGADA** : ANDREA RODRIGUES ROSSI E OUTRO(S) - GO018405  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADOS** : MARISVALDO CORTEZ AMADO E OUTRO(S) - GO009425  
TAISE MACHADO MELO - GO021749

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por UMBERTO PIASSA contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado do Goiás (TJ-GO).

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por UMBERTO PIASSA contra decisão proferida nos autos da execução extrajudicial proposta por BANCO DO BRASIL.

O eg. TJ-GO, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fls. 409/410):

*"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO QUE AFASTA A ALEGAÇÃO DE NULIDADES SUPOSTAMENTE OCORRIDAS NO FEITO EXECUTIVO, ARGUIDAS EM PETIÇÃO INTERLOCUTÓRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. AFRONTA AO ART.*

*202, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. CARTA PRECATÓRIA EXPEDIDA NOS MOLDES DO ART. 652, DO CPC. EXTRAVASAMENTO DOS LIMITES DA ORDEM DEPRECADA. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CARACTERIZADO. NULIDADE DO EDITAL DE PRAÇA. ARGUIÇÃO INSUBSISTENTE.*

*1. Verificando-se que a decisão traz em seu bojo os motivos que fundamentaram o convencimento de seu prolator, com a exposição dos respectivos elementos de fato e de direito, inexistindo qualquer subsídio capaz de atestar que tenha sido proferida em afronta aos ditames legais, não há falar em afronta ao art. 93 da Constituição Federal;*

*2. A carta precatória expedida para citação do executado nos termos do art. 652 do CPC não requer qualquer outra diligência do Magistrado no sentido de que sejam concretizados os demais atos subsequentes, tendo em conta a própria dicção do aludido dispositivo.*

*Assim, o cumprimento das demais providências junto ao juízo*

*deprecado não representa extravasamento da ordem deprecada, não havendo falar em cerceamento de defesa;*

*3. Irrelevante a omissão, no edital de praça, quanto aos ônus pendentes sobre o imóvel objeto de constrição judicial quando a hipoteca sobre ele incidente tem como credor o próprio Exequente, sendo este, portanto, conhecedor de tais pendências;*

*4. Inviável a apreciação, no bojo do Agravo de Instrumento, de questões não apreciadas em primeiro grau, sob pena de supressão de instância.*

*Agravo de Instrumento parcialmente conhecido e desprovido. Decisão mantida."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls. 433/447).

Inconformado, UMBERTO PIASSA manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alega violação dos arts. 5º, incisos LIV e LV, 22 e 93, inciso IX, da CF/88; dos arts. 131, 165, 202, 234, 236, § 1º, 248, 237, 458, 535, 615, 652 e 686 do CPC/73; do art. 35, inciso IV, da LC n.º 73/93; e do art. 6º da Lei n.º 9.028/95.

Contrarrazões às fls. 523/528.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência dos arts. 5º, incisos LIV e LV, 22 e 93, inciso IX, da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Outrossim, rejeita-se as alegadas violações dos arts. 131, 165, 458 e 535 do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

**2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.**

(...)

**6. Agravo interno desprovido."**

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

**"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.**

**1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.**

**2. Agravo interno a que se nega provimento."**

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Ademais, o apelo nobre também apresenta a ofensa dos arts. 202, 234, 236, § 1º, 248, 237 e 652 do CPC/73, invocando, para tanto, as seguintes nulidades processuais: (i) a Carta Precatória extrapola os termos da decisão judicial, pois esta referia-se apenas à citação e penhora, enquanto referida carta abarcou outros atos, tais como avaliação e venda do bem; e (ii) a carta não teria sido instruída com a procuração outorgada pelo recorrente ao seu advogado e, por conseguinte, não houve intimação para os atos processuais.

O eg. TJ-GO, por seu turno, rechaçou referidas nulidades, sob o fundamento que a carta precatória foi expedida nos termos da decisão judicial, uma vez que esta fez menção expressa ao art. 652 do CPC/73. Diante disso, ressaltou que a observância desse dispositivo conduz à natural prática dos demais atos processuais.

*"Afastada a preliminar, passo à análise das alegações - contidas no recurso.*

*O Recorrente sustenta a ocorrência de afronta ao comando do art. 202, inciso II, do CPC, dada a divergência entre o que fora /7 determinado pelo juízo deprecante e as providências concretizadas perante o juízo deprecado, o que, a seu ver, enseja o reconhecimento de nulidade de todos os atos ali praticados, que teriam extrapolado os limites da ordem deprecada. É que, segundo o Agravante, embora a deprecata apresentasse tão somente o comando relativo à citação', foi ali irregularmente inserida a deliberação para efetivação das providências subsequentes, tais como penhora, avaliação e venda.*

*Ocorre que de fato não se fazia necessário que a precatória fizesse menção a todos os procedimentos a serem adotados após a efetivação daquela primeira diligência, já que o próprio dispositivo que rege o procedimento em questão (art. 652, do CPC) traz uma sequência natural e inequívoca que deve ser seguida, independentemente de qualquer novo pronunciamento do Magistrado. Portanto, tendo sido determinada a citação dos executados nos termos do art. 652 do CPC, como se percebe do despacho de fl. 64, é certo que a precatória expedida com esse fim e segundo os preceitos contidos naquele dispositivo, com a redação que lhe foi conferida pela Lei no 11.382/06, englobava todos os atos subsequentes, inexistindo qualquer irregularidade na prática destes.*

*Não tenho assim como caracterizada nenhuma afronta ao art. 202 do ordenamento processual, eis que ausentes as divergências e máculas apontadas.*

*(...)*

*Por outro lado, devo ressaltar que embora assevere o Recorrente que a instrução deficiente da deprecata teria impedido que os executados fossem intimados de todos os atos do processo, representando assim verdadeiro cerceamento de defesa, pode-se constatar sem maiores dificuldades que os aludidos devedores não sofreram qualquer embaraço no exercício daquela garantia constitucionalmente assegurada, tanto que aviaram tempestivamente exceção de pré-executividade, tal como comprovam as cópias acostadas às fls. 79/101.*

*De igual forma, os executados não se viram impossibilitados de apresentar as manifestações pertinentes à penhora e avaliação, tendo sido pessoalmente intimados do ato de constrição (fl. 188)."*

Com efeito, o recurso não merece acolhimento. Isso porque o eg. Tribunal estadual, à luz das provas existentes nos autos, concluiu pela inexistência de quaisquer nulidades processuais. Dessa forma, a pretensão de alterar essa conclusão demanda

revolvimento fático e probatório dos autos, providência incompatível com o recurso especial.

Além disso, o recorrente também sustenta a violação dos arts. 615 e 686, inciso V, do CPC/73, do art. 35, inciso IV, da LC n.º 73/93, e do art. 6º da Lei n.º 9.028/95, ao argumento de que o edital seria inválido, especialmente porque não houve menção à existência de ônus sobre o bem. Ressalta que há ônus registrado pela União, razão pela qual esta deveria ser intimada pessoalmente. O eg. TJ-GO, contudo, destacou ser desnecessária essa menção, pois o credor das hipotecas existentes é o próprio exequente. Ressaltou ainda que todas as nulidades invocadas não se referem ao recorrente, mas sim aos demais executados. À título elucidativo, colaciona-se o trecho a seguir do v. acórdão estadual (fl. 407):

*"Quanto à suposta nulidade do edital de praça, que, segundo o Agravante, seria omissa quanto aos ônus pendentes sobre o imóvel, é de se ver que a dita omissão é irrelevante, já que o credor das hipotecas ali inseridas é o próprio Exequente, sendo este, portanto, conhecedor de tais pendências. Esse também o raciocínio a ser seguido em relação à alegação de ausência de certidão atualizada do bem e de ausência de intimação pessoal do credor das aludidas hipotecas.*

*Registre-se que todos os vícios invocados pelo Recorrente dizem respeito à carta precatória expedida para citação dos demais executados, assim como as supostas irregularidades existentes no trâmite necessário à venda do bem, que também não pertence ao ora Agravante, mas aos outros devedores."*

Por seu turno, da leitura das razões posta no apelo nobre, infere-se que o recorrente não impugnou o fundamento de que os ônus existentes sobre o imóvel são do próprio exequente e, portanto, eventual omissão no edital não macularia o processo executivo. Assim como não impugnou o fundamento de que as nulidades suscitadas não dizem respeito ao recorrente, mas sim aos demais executados. Nesse cenário, havendo fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter o v. acórdão estadual, o apelo nobre encontra óbice na Súmula n. 283/STF, aplicada por analogia. Nessa mesma linha de intelecção, destacam-se os seguintes julgados:

***"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL***

*E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.*

*(...)*

*2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.*

*(...)*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - grifou-se)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 30 de outubro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator